

CONTRATO DE ADESÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO ACESSO INDIVIDUAL CLASSE ESPECIAL DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - AICE

Pelo presente instrumento particular, a **TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A – TELESP**, com sede na Rua Martiniano de Carvalho, nº 851, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 002.558.157/0001-62, neste ato devidamente representada em conformidade com o seu estatuto social, doravante designada simplesmente **Prestadora** e, de outro lado o **Assinante**, como tal definido o cliente que aceita os termos e condições deste instrumento, através de adesão ao serviço, têm ajustado entre si o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto a prestação do Acesso Individual Classe Especial do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade local, no endereço de instalação indicado pelo **Assinante** (doravante denominado **AICE**), nos termos da Regulamentação da Anatel, em especial a Resolução nº 427, de 16 de dezembro de 2005, da ANATEL.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO SERVIÇO

2.1 O **AICE** consiste na disponibilidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado na forma **pré-paga**, sem a concessão de qualquer franquia de minutos.

2.2 O **AICE** é destinado ao uso estritamente doméstico (residencial) e, a partir da sua instalação, deve ser o único acesso ao Serviço Telefônico Fixo Comutado no domicílio do **Assinante**.

2.3 A realização de todas as chamadas originadas do **AICE**, quais sejam: (i) locais entre terminais fixo-fixo, (ii) locais entre terminais fixo-móveis e (iii) de longa distância nacional e internacional somente poderão ser realizadas por intermédio de créditos pré-pagos.

2.3.1 Os créditos pré-pagos serão adquiridos por meio de cartão pré-pago ou outras formas que sejam disponibilizadas pela **Prestadora**.

2.4 O **AICE** não permite a realização de chamadas para números de serviços 0300, 0900, 0500 e demais chamadas iniciadas por 0 (zero), nem receber chamadas a cobrar.

2.4.1 O disposto no item 2.4, acima, não se aplica às chamadas para códigos de emergência e números iniciados por 0800, para os quais é possível realizar a chamada a partir do **AICE**.

2.5 O **AICE** não permite a instalação dos seguintes serviços: (i) Speedy, (ii) Detecta, (iii) Transferência de Chamadas e demais serviços digitais da **Prestadora**.

2.6 Neste ato o **Assinante** contrata, por adesão, além desta **Prestadora**, outras Operadoras que lhe permitam a utilização de créditos pré-pagos para os Serviços de Telecomunicações, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Para que a prestação do serviço possa ocorrer onde exista “Rede” da **Prestadora**, o **Assinante** deverá atender aos requisitos técnicos explicitados no item 7.2.4 deste **Contrato**.

3.2 Para que a prestação do serviço possa ocorrer onde não exista “Rede” da **Prestadora** (Fora da Área de Tarifa Básica - FATB) o **Assinante** deverá atender aos requisitos técnicos explicitados no item 7.2.4 deste **Contrato**, além de arcar com o pagamento da implantação dos meios adicionais, apresentado pela **Prestadora** por meio de orçamento específico.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 Este Contrato passa a vigorar na data do pagamento, pelo **Assinante**, da primeira parcela da HABILITAÇÃO do **AICE** e vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1 Pela prestação do serviço objeto deste contrato, o **Assinante** pagará os seguintes valores, os quais serão lançados de forma pós-paga em Nota Fiscal/Fatura de Serviços de Telecomunicações (conta telefônica) ou, quando disponibilizado pela **Prestadora**, serão cobrados na forma pré-paga em conta telefônica ou por outro meio que venha a ser definido pela **Prestadora**:

5.1.1 Habilitação: valor cobrado quando da instalação de um novo terminal.

5.1.2 Assinatura: valor cobrado mensalmente pela manutenção da disponibilidade e do direito de uso do **AICE**.

5.1.3 Mudança de Endereço: valor devido pelo **Assinante** no caso de mudança de endereço do terminal instalado.

5.1.4 Extrato Detalhado: valor devido pela emissão da segunda via do comprovante que detalha as chamadas realizadas e pela emissão da primeira via do mesmo comprovante, caso seja solicitado após o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do vencimento da cobrança das chamadas.

5.2 Os valores abaixo serão pagos pelo Assinante através de créditos pré-pagos e, portanto, não serão lançados em conta telefônica:

5.2.1 Tráfego Telefônico: valores cobrados pela fruição do serviço telefônico, nas modalidades (i) local e (ii) longa distância nacional e internacional, tanto para ligações originadas do **AICE** e destinadas a outro terminal do STFC quanto para outros serviços de telecomunicações.

5.2.2 Complemento de Chamadas: valor cobrado pelo complemento de cada chamada originada no **AICE**, correspondente a 2 (duas) vezes o valor do minuto na modalidade local.

5.3 Os valores correspondentes aos itens acima estão na tabela de preços constante do *site* www.telefonica.com.br ou por meio da Central de Atendimento a Clientes 103 15.

5.4 Sobre os preços constantes do **AICE** serão cobrados encargos e tributos (ICMS, COFINS e PIS), em conformidade com a legislação em vigor.

5.5 Qualquer alteração nos tributos incidentes sobre a prestação do serviço ora contratado permitirá a modificação dos valores cobrados para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DOS CRÉDITOS PRÉ-PAGOS

6.1 Os créditos pré-pagos não vinculados a terminal podem ser adquiridos através de cartões pré-pagos ou outra forma que a **Prestadora** vier a estabelecer, permitindo ao **Assinante**, por meio de um número associado a uma base de dados da **Prestadora**, denominada plataforma do serviço, realizar chamadas locais e de longa distância e para terminais móveis.

6.1.1 Os créditos pré-pagos inseridos no terminal do **AICE** podem ser acessados remotamente e utilizados mediante uma senha pré-cadastrada, por meio de qualquer terminal público ou privado do STFC na área de concessão da **Prestadora**.

6.2 O **Assinante** terá acesso à plataforma de serviços da **Prestadora**, por meio de número gratuito. Assim, os minutos constantes do cartão pré-pago somente passarão a ser abatidos no momento em que se completar a chamada.

6.3 O **Assinante** será avisado por um sinal pela plataforma de créditos pré-pagos de recarga, quando restarem 30 (trinta) segundos para o final dos créditos e término da chamada que estiver em curso.

6.4 O **Assinante** poderá acessar a plataforma, gratuitamente, para consultar o seu saldo de créditos.

6.5 O **Assinante** tem direito a solicitar um Comprovante de Prestação de Serviços (extrato) relativo à utilização dos créditos pré-pagos, extrato esse que será cobrado, em conta telefônica, no caso de emissão da segunda via do comprovante que detalha as chamadas realizadas.

6.6 O crédito, ativado no ato do registro da aquisição junto à **Prestadora** ou quando de sua primeira utilização, no caso de cartão, permanecerá ativo e disponível para uso pelo prazo de 6 (seis) meses e tem validade de 5 (cinco) anos, contados a partir da sua ativação.

6.6.1 Após o prazo previsto no item 6.6, acima, o crédito remanescente permanecerá à disposição do **Assinante**, que poderá, dentro do prazo de validade, requerer a reativação para uso ou, a seu critério, a devolução do saldo restante, em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 Sem prejuízo do disposto na regulamentação e neste **Contrato** são direitos do **Assinante**:

7.1.1 O acesso ao serviço telefônico contratado, na forma prevista neste instrumento.

7.1.2 A inviolabilidade e sigilo de sua comunicação, respeitadas as exceções legais e judiciais.

7.1.3 A privacidade nos documentos de cobrança.

7.1.4 O atendimento, pela **Prestadora**, de forma permanente e ininterrupta, exceto nas hipóteses de interrupção previstas na legislação em vigor.

7.1.5 A escolha da data de pagamento da conta telefônica, dentre aquelas oferecidas pela **Prestadora**.

7.1.6 A solicitação de mudança de endereço de instalação no mesmo município, onerosa ao **Assinante**. A indicação do novo endereço deve observar os seguintes procedimentos:

- (i) se solicitada a mudança dentro do mesmo Centro Telefônico, será mantido o cadastro e terá início estudo técnico de viabilidade;
- (ii) se solicitada para outro Centro Telefônico, mediante um novo cadastramento no Centro Telefônico pretendido, iniciando-se o mesmo estudo acima referido;
- (iii) em qualquer das hipóteses previstas em (i) e (ii) o atendimento ficará condicionado ao resultado do estudo de viabilidade técnica;
- (iv) na mudança de endereço de instalação, o **Assinante** somente manterá o seu Código de Acesso (número de telefone), se o novo endereço puder ser atendido pela mesma Central de Comutação da **Prestadora**.

7.1.7 A contestação de valores cobrados pela **Prestadora**, segundo os seguintes procedimentos:

- (i) O **Assinante** tem o direito de questionar os débitos contra ele lançados pela **Prestadora**, por correspondência ou por meio da Central de Atendimento da **Prestadora**, não se obrigando ao pagamento de valores que considere indevidos, observadas a regulamentação e a legislação de Direito do Consumidor pertinentes;
- (ii) Os valores contestados, reconhecidos como procedentes, serão devolvidos ao **Assinante** no documento de cobrança subsequente ou, ainda, em conta corrente de titularidade do **Assinante**. Em caso de improcedência o valor será redebitado em documento de cobrança futuro.

7.1.8 A suspensão do serviço, quando estiver adimplente, a ser prestado uma única vez, a cada período de 12 (doze) meses, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias e o máximo de 120 (cento e vinte) dias.

7.1.9 A solicitação à **Prestadora** da não divulgação e da substituição do seu número de telefone (código de acesso), sendo esta última nos termos da cláusula sétima deste Contrato.

7.1.10 A interceptação das chamadas destinadas ao código de acesso, quando substituído por iniciativa da **Prestadora**.

7.2 Sem prejuízo do disposto na regulamentação e neste **Contrato** são obrigações do **Assinante**:

7.2.1 Manter sempre atualizado o seu telefone de contato e seus endereços de correspondência e instalação, a fim de que a **Prestadora** possa atender prontamente suas solicitações.

7.2.2 Efetuar o pagamento referente à prestação do serviço.

7.2.3 Utilizar adequadamente os serviços, equipamentos e redes de telecomunicações, sob pena de rescisão deste contrato, conforme o item 10.1.2.

7.2.3.1 Constitui uso inadequado do serviço, para fins deste item, a prática, pelo Assinante, de quaisquer atos que resultem na alteração das condições do presente Contrato, especialmente:

a) Alterar quaisquer configurações e características técnicas do Plano e dos equipamentos de propriedade ou sob responsabilidade da **Prestadora** que o suportam durante a vigência deste Contrato, sem prévia e expressa concordância por escrito da **Prestadora**.

b) Utilizar o serviço fora dos moldes e da finalidade específica descrita neste Contrato, observando a legislação e a regulamentação vigentes.

7.2.4 Responsabilizar-se pela aquisição, manutenção e proteção da sua rede interna, incluindo seus equipamentos terminais, que devem ter certificação ou aceite pela ANATEL, e que serão conectados à rede pública da **Prestadora**, obedecendo aos seguintes requisitos:

- (i) Para casas: o **Assinante** deverá adquirir um bloco conector que deve ser instalado no poste de acesso à Rede Pública;
- (ii) Para prédios: o cabeamento da prumada, a fiação e as tomadas deverão estar prontos, assim como o cabo de entrada até a caixa de distribuição geral.

7.3 Sem prejuízo do disposto na regulamentação e neste **Contrato** são direitos da **Prestadora**:

7.3.1 Contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, bem como a implementação de projetos associados, observada a regulamentação aplicável.

7.4 Sem prejuízo do disposto na regulamentação e neste **Contrato** são obrigações da **Prestadora**:

7.4.1 Configurar, supervisionar e garantir o funcionamento do serviço objeto deste contrato.

7.4.2 Prestar os esclarecimentos necessários ao **Assinante**, de modo a permitir o funcionamento do **AICE**.

7.4.3 Proceder às adequações técnicas eventualmente necessárias, de sua responsabilidade, para o perfeito funcionamento do **AICE**.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES POR FALTA DE PAGAMENTO

8.1 O não pagamento de qualquer um dos serviços oferecidos pela **Prestadora** demonstrado no documento de cobrança até a data de seu vencimento, sujeitará o **Assinante** às seguintes sanções:

8.1.1 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir do dia seguinte ao do vencimento, incluídos na emissão do documento de cobrança (Conta Telefônica) de periodicidade regular subsequente;

8.1.2 Após 30 (trinta) dias da inadimplência, a suspensão parcial da prestação do serviço telefônico;

8.1.3 Após 30 (trinta) dias da suspensão parcial da prestação do serviço telefônico, a suspensão total da prestação do serviço telefônico;

8.1.4 Após 30 (trinta) dias da suspensão total, cancelamento da prestação do serviço, com a consequente rescisão deste instrumento e a inclusão do CPF/ CNPJ do **Assinante** em Sistemas de Proteção ao Crédito.

8.1.5 Caso o **AICE** venha a ser cancelado por falta de pagamento, o valor de eventuais créditos pré-pagos disponíveis no **AICE** será utilizado para compensar o valor total do débito.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE REAJUSTE

9.1 Os valores relativos ao presente contrato serão reajustados a cada período de 12 (doze) meses ou na menor periodicidade permitida pela legislação em vigor, com data base em 01 de junho, contados de 01 de junho de um ano até o dia 31 de maio do ano subsequente.

9.1.1 Excetuam-se os valores relativos às chamadas fixo-móvel na modalidade Serviço Móvel Pessoal - SMP (créditos pré-pagos), cujo reajuste se dará na mesma periodicidade prevista no item 9.1, porém iniciando-se o primeiro período em 01 de janeiro de de um ano até o dia 31 de dezembro do ano subsequente.

9.2 O reajuste a que se referem os itens 9.1 e 9.1.1 supra dar-se-á pela variação do Índice de Serviços de Telecomunicações ("IST"). Caso seja vedada legalmente a utilização desse índice, será utilizado o índice legalmente indicado para substituí-lo, sem necessidade de prévia notificação pela **Prestadora**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

10.1 Este Contrato poderá ser extinto:

10.1.1 A pedido do **Assinante**, a qualquer tempo, mediante pagamento dos débitos existentes, ou caso a **Prestadora** não cumpra as obrigações previstas neste Contrato.

10.1.2 Por iniciativa da **Prestadora**, mediante prévia comunicação escrita, ante o descumprimento, por parte do **Assinante**, das obrigações contratuais e/ou regulamentares, especialmente, no caso da inadimplência no pagamento previsto na cláusula oitava, ou quando caracterizado o uso inadequado da linha telefônica pelo **Assinante**.

10.2 Em qualquer hipótese de extinção deste contrato, o **Assinante** permanecerá responsável pelo pagamento de todos os serviços utilizados, até a data da efetiva extinção.

10.3 É também assegurado ao **Assinante** a possibilidade de migrar, a qualquer momento, para o Plano Básico na modalidade pós-paga ou algum Plano Alternativo de STFC da **Prestadora**.

10.4 O **Assinante** deverá indenizar a **Prestadora** por todo e qualquer dano ou prejuízo a que der causa em virtude do uso inadequado da linha telefônica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 Aplicam-se ao presente **Contrato** as normas vigentes ou que venham a ser expedidas pelo Poder Concedente, relativas à prestação do serviço, em especial (i) o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº. 426 de 09/12/2005, (ii) o Regulamento do Acesso Individual Classe Especial do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 427 de 16/12/2005 e (iii) a Lei Geral de Telecomunicações nº 9.472, de 16/7/97, que dispõe sobre a organização dos Serviços de Telecomunicações, todos disponíveis na Internet, no endereço da ANATEL: www.anatel.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca do local da prestação do **AICE** para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 26 de junho de 2006.

TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP

Este Contrato está registrado no 8º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo - Capital, sob o nº 983949 , em 27/06/2006."